

ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+

Aos VINTE E NOVE DE NOVEMBRO de 2021, às dezessete horas, aconteceu a reunião virtual (via *aplicativo MEET*). **PRESENÇA** da Coordenação de Políticas LGBTI+, na pessoa de Fe Maidel; **COMPOSIÇÃO DA MESA: Sociedade Civil** (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01.02.2021 e posse realizada de modo virtual em 16.03.2021, bem como pelo **Poder Público** composto pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Guarda Civil Metropolitana, Secretaria Municipal de Cultura.

Primeiramente tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Aprovação das atas das sessões anteriores (em anexo), enviadas por e-mail ao Conselho, devendo este indicar, também por e-mail, a aprovação ou reprovação das atas.

2. Apresentação de resposta aos questionamentos:

2.1. Dos conselheiros André Beneit e André Sardão:

2.1.1. *Levantamento sobre o consumo de drogas na comunidade e planos de ação.* A Coordenação está em contato com o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool para dialogar sobre a situação e entender quais ações podem ser tomadas para a redução de danos, assim como para a ampliação do entendimento da comunidade sobre o tema. Quando uma reunião sobre o assunto for agendada, a Coordenação irá convidar os conselheiros/as/es que desejarem participar. O conselheiro Renato Monteiro sugeriu uma ação combinada entre prevenção de ISTs e Drogas, ao que a Presidência concordou, apontando que existe uma correlação muito grande entre os dois temas. A conselheira Nicolle Mahier exemplificou essa correlação citando o caso de pessoas que fazem uso de drogas durante a prática sexual.

Neste ponto, durante a discussão deste assunto, a Presidência autorizou a solicitação de palavra de GHE SANTOS, ex-conselheiro e participando como cidadão, que manifestou sua discordância em relação ao entendimento da Presidência sobre o Regimento Interno. Para justificar seu posicionamento, ele citou o art. 36 do Regimento Interno e afirmou que o Conselho não possui mecanismo de publicização de suas reuniões.

Uma vez que sua fala não se relacionava com o assunto em pauta, a Presidência o interrompeu para fazer cumprir a sequência correta da pauta, enfatizando ainda que toda participação é bem-vinda, desde que construtiva. Em seguida, a

Prefeitura de São Paulo
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e
Cidadania

Presidência submeteu à votação a retirada de Ghe Santos da sessão, por não ter respeitado a interrupção e a sequência da pauta, ao que foram contrários o conselheiro André Dias e a conselheira Nicolle Mahier, favorável a conselheira Claudia Tavares e se absteve o conselheiro Renato Monteiro; os demais conselheiros/as/es não se manifestaram e GHE SANTOS foi mantido na reunião.

2.1.2. *Capacitação e treinamento para população LGBT – criação de empregos.* Em reunião com representante do CIEJA Paulo Emilio Vanzolini, a Coordenação foi informada sobre o equipamento Centro Municipal de Capacitação e Treinamento (CMCT), que oferece cursos de profissionalização. Quando receber o material sobre o equipamento, a Presidência irá compartilhar com os conselheiros/as/es para que divulguem para a comunidade. Além disso, o Conselho pode requisitar ao equipamento treinamentos específicos, para capacitar a população LGBTI+ para as oportunidades que surgirão futuramente.

2.1.3. *Envelhecimento LGBT.* A Coordenação ainda irá agendar reunião com a Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa para tratar sobre o tema.

2.2. Da conselheira Aysha Cristiane:

2.2.1. *Solicitação de reunião com os representantes da SPTrans para uma resposta sobre a violência sofridas por pessoas LGBT no transporte público.* Com o início do recebimento de denúncias de LGBTIfobia por meio do Portal 156, a Coordenação passou a entender de maneira mais ampla o panorama das denúncias no município: das 10 (dez) denúncias recebidas até o momento, 30% se referem a SPTrans. A própria SPTrans recebe milhares de denúncias, por isso a Coordenação solicitou mais informações sobre as denúncias de LGBTIfobia recebidas pela empresa para em seguida agendar uma reunião, a pedido da conselheira Aysha Cristiane, e tratar sobre esse tema.

2.3. *Sobre a possibilidade de reunião presencial do Conselho e alternativas.* A Presidência sugeriu que as reuniões mensais do Conselho sejam mantidas na modalidade virtual em razão dos riscos que a pandemia ainda apresenta, mas propôs que, em contrapartida, as reuniões dos GTs sejam realizadas presencialmente, durante o mês, para discutir as demandas e leva-las já resolvidas para a reunião mensal do Conselho, assim agilizando o trabalho e tornando-o mais eficiente. Também ficou acordado que, conforme as demandas forem sendo discutidas e resolvidas, a Presidência avisará por e-mail aos conselheiros/as/es. Os conselheiros/as/es Adriana Silva, André Sardão, Renato Monteiro e Claudia Tavares se manifestaram a favor da proposta. A conselheira Nicolle Mahier também concordou, mas pontuou que, em sua percepção, comparativamente com outras gestões das quais ela participou, há um esmaecimento do Conselho por suas atividades permanecerem online.

2.4. *Sobre a apresentação de material ao GT Transcidadania.* A Presidência apresentou o material ao grupo de trabalho Transcidadania e irá também encaminhá-lo ao Conselho como um todo, para que o diálogo seja ampliado. A Presidência enfatiza, porém, que a participação para construção conjunta do próximo edital referente ao programa Transcidadania deve acontecer até o início do ano de 2022, quando se encerra o prazo para elaboração. Por solicitação da conselheira Nicolle Mahier, um aparte sobre as alterações propostas no Plano de Metas da Prefeitura para 2021/24 referentes ao Programa Transcidadania foi emitido. O GT irá se reunir novamente para discutir essas questões.

2.5. Do conselheiro André Sardão:

2.5.1. *Situação do tratamento hormonal nas UBS de São Paulo.* Antes de introduzir seu questionamento, o conselheiro André Sardão informou que assim que o Plano Municipal de Segurança, discutido na sessão anterior, estiver pronto, será encaminhado ao Conselho para que este opine sobre as questões LGBTI+ envolvidas. Também apontou que as reuniões do Conselho possuem previsão indicativa de 1 (uma) hora, mas não necessariamente a mesma duração, podendo se estender se necessário. Sobre a Sociedade Civil, afirmou que seu entendimento é de que todos podem se manifestar, desde que comuniquem sobre o que falarão, tenham sua solicitação de fala aprovada pelo Conselho e falem no contexto do assunto em discussão; sendo sobre outro assunto, devem avisar e esperar o final da pauta. Em seguida, o conselheiro informou que tem recebido reclamações de munícipes sobre espera de 6 (seis) meses para se consultarem com um profissional endócrino, consulta esta necessária para o tratamento hormonal. Além disso, também não conseguem realizar a cirurgia de redesignação, há falta de profissionais psicólogos e pedidos de exame de sangue para verificar a resposta do organismo aos medicamentos que fazem parte do tratamento. A Presidência informou que está sendo feito um esforço árduo, em conjunto com a Conselheira da Secretaria Municipal de Saúde, para que situações como essa não se repitam, e explicou que as denúncias devem ser enviadas oficialmente, pelos conselheiros/as/es, desde que se refiram a equipamentos municipais, para que as providências possam ser tomadas. A conselheira Adriana Silva se colocou à disposição para atender questões desse tipo. A conselheira Nicolle Mahier pontuou que é necessário entender quem exatamente são as pessoas que utilizam o serviço de tratamento hormonal e que é papel dos conselheiros/as/es, além de representar, também receber e encaminhar essas denúncias. A Presidência sugeriu tratar o tema de hormonização no âmbito do GT Transcidadania, já que estão relacionados. A Conselheira Nicolle Mahier sugeriu que o Conselho organize ações para o mês de visibilidade trans, em janeiro.

2.5.2. *Pesquisa sobre população LGBTQIA+.* A Presidência conclamou o Conselho a ir até a Câmara Municipal para conversar com os vereadores e vereadoras sobre a realização de um censo. Adicionalmente, propôs a criação de um grupo de trabalho

Prefeitura de São Paulo
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e
Cidadania

específico para esse tema. Os conselheiros/as/es Claudia Tavares, André Dias, André Sardão, Renato Monteiro e Joo Paule manifestaram interesse em participar.

Ademais, a conselheira Claudia Tavares propôs ao GT de Habitação agendar uma reunião para discutir um plano habitacional específico para a população LGBTI+, como forma de combater as más condições habitacionais às quais a população tem sido submetida. A Presidência concordou e informou quem são os conselheiros/as/es que compõem o GT de Habitação.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA.

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada digitalmente por todos, conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

- a) Segmento de Lésbicas: Claudia Tavares - Suplente
- b) Segmento de Gays: André Henrique de Freitas Beneit – Titular
- d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão – Titular
- e) Segmento de Mulheres Travestis: Nicolle Mahier – Titular
- f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane Oliveira – Titular
- g) Segmento de homens transexuais: Gil Santos – Titular
- h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica Titular: Renato Monteiro – Representante

Poder Público:

- a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Fe Maidel
- c) Secretaria Municipal de Habitação – Cristina Gomes Baltazar
- d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana – Luciano Oliveira
- e) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari
- g) Secretaria Municipal de Educação: Anna Luísa de Castro